

Diário do Legislativo de 25/06/2003

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PFL

2º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Dilzon Melo - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PSDB

3º-Secretário: Deputado Pastor George - PL

LIDERANÇAS

1) LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL PROGRESSISTA

(PSDB/PDT/PTB/PPS/PRTB E PSB):

Líder: Deputado Antônio Carlos Andrada (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Carlos Pimenta (PDT), Neider Moreira(PPS); Gustavo Valadares (PRTB) e Arlen Santiago (PTB)

2) LIDERANÇA DO BLOCO PT/PC do B:

Líder: Deputado Rogério Correia (PT)

Vice-Líderes: Deputadas Jô Moraes(PC do B) e Maria Tereza Lara (PT)

3) LIDERANÇA DO PL:

Líder: Deputado Dinis Pinheiro

Vice-Líder: Deputados Jayro Lessa e Alberto Bejani

4) LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Ivair Nogueira

Vice-Líder: Deputado Chico Rafael

5) LIDERANÇA DO PP:

Líder: Deputado Gil Pereira

Vice-Líder: Deputado Dimas Fabiano

6) LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Alberto Pinto Coelho (PP)

Vice-Líderes: Deputados Bonifácio Mourão (PSDB); José Milton (PL), Paulo Piau (PP)

7) LIDERANÇA DA MAIORIA:

Líder: Deputado Miguel Martini (PSB)

8) LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Chico Simões(PT)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSB Presidente
Domingos Sávio

Deputado Dalmo BPSB Vice-Presidente
Ribeiro Silva

Deputado Carlos BPSP
Pimenta

Deputado PMDB
Leonardo Quintão

Deputada Jô Bloco
Moraes PT/PCdoB

Deputado Chico PMDB
Rafael

Deputado Dinis PL
Pinheiro

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Alencar da BPSP
Silveira Jr.

Deputado Dimas PP
Fabiano

Deputado Ermano BPSP
Batista

Deputado João Bittar PL

Deputado Roberto Bloco
Carvalho PT/PCdoB

Deputado José PMDB
Henrique

Deputado Leonardo PL
Moreira

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João PL Presidente
Bittar

Deputado PMDB Vice-Presidente
Gilberto Abramo

Deputado Zé BPSP
Maia

Deputada Cecília Bloco
Ferramenta PT/PCdoB

Deputado Olinto BPS
Godinho

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dalmo BPS
Ribeiro Silva

Deputado José PMDB
Henrique

Deputada Ana Maria BPS

Deputado André Bloco
Quintão PT/PCdoB

Deputado Fábio BPS
Avelar

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sebastião PFL Presidente
Navarro Vieira

Deputado Durval Bloco Vice-Presidente
Ângelo PT/PCdoB

Deputado Gustavo BPS
Valadares

Deputado Ermano BPS
Batista

Deputado Paulo Piau PP

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado Leonardo PL
Moreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dalmo BPS
Ribeiro Silva

Deputado Weliton Bloco
Prado PT/PCdoB

Deputado Miguel BPS
Martini

Deputado Zé Maia BPS

Deputado Márcio PL
Passos

Deputado Antônio PMDB
Júlio

Deputado Dinis PL
Pinheiro

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR EDO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Lúcia BPSB Presidente
Pacífico

Deputada BPSB Vice-Presidente
Vanessa Lucas

Deputado Dimas PP
Fabiano

Deputada Maria Bloco
Tereza Lara PT/PCdoB

Deputado Antônio PMDB
Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Fábio BPSB
Avelar

Deputado Miguel BPSB
Martini

Deputado Antônio PL
Genaro

Deputada Jô Bloco
Moraes PT/PCdoB

Deputado Chico PMDB
Rafael

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval Bloco Presidente
Ângelo PT/PCdoB

Deputado Roberto PL Vice-Presidente
Ramos

Deputado Mauro BPSB
Lobo

Deputado Roberto Bloco
Carvalho PT/PCdoB

Deputado Célio PL
Moreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Marília Bloco
Campos PT/PCdoB

Deputado Alberto PL
Bejani

Deputado Fahim BPSP
Sawan

Deputado Ricardo Bloco
Duarte PT/PCdoB

Deputado Sidinho do PL
Ferrotaco

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB Presidente
Adalclever Lopes

Deputada Ana BPSP Vice-Presidente
Maria

Deputado Dalmo BPSP
Ribeiro Silva

Deputado Bloco
Weliton Prado PT/PCdoB

Deputado BPSP
Leonídio Bouças

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Chico PMDB
Rafael

Deputado Gustavo BPSP
Valadares

Deputado Alberto PL
Bejani

Deputada Maria Bloco
Tereza Lara PT/PCdoB

Deputado Arlen BPSP
Santiago

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Ermano Batista BPSP Presidente

Deputado Lessa Jayro PL Vice-Presidente

Deputado Sebastião Helvécio BPSP

Deputado Barbosa Irani PL

Deputado Pereira Gil PP

Deputado Simões Chico Bloco
PT/PCdoB

Deputado Henrique José PMDB

MEMBROS SUPLENTEs:

Deputado Zé Maia BPSP

Deputado Milton José PL

Deputado Lobo Mauro BPSP

Deputado Quintão Leonardo PMDB

Deputado Passos Márcio PL

Deputado Correia Rogério Bloco
PT/PCdoB

Deputado Nogueira Ivair PMDB

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Maria José Haueisen Bloco Presidente
PT/PCdoB

Deputado Doutor Ronaldo BPSP Vice-Presidente

Deputado Passos Márcio PL

Deputado Milton José PL

Deputado Fábio BPS
Avelar

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Laudelino Bloco
Augusto PT/PCdoB

Deputado Miguel BPS
Martini

Deputado Elmiro PFL
Nascimento

Deputado Sidinho do PL
Ferrotaco

Deputada Lúcia BPS
Pacífico

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André Bloco Presidente
Quintão PT/PCdoB

Deputado Gustavo BPS Vice-Presidente
Valadares

Deputado Mauro BPS
Lobo

Deputado João PL
Bittar

Deputado Leonardo PMDB
Quintão

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Jô Moraes Bloco
PT/PCdoB

Deputado Lúcia BPS
Pacífico

Deputada Olinto BPS
Godinho

Deputado Márcio PL
Passos

Deputado Ivair PMDB
Nogueira

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Doutor PFL Presidente
Viana

Deputado Padre Bloco Vice-Presidente
João PT/PCdoB

Deputado Luiz BPSP
Humberto Carneiro

Deputado Alencar BPSP
da Silveira Jr.

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Paulo Piau PP

Deputada Maria José Bloco
Hauelsen PT/PCdoB

Deputada Ana Maria BPSP

Deputado Zé Maia BPSP

Deputado Bonifácio BPSP
Mourão

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Maria BPSP Presidente
Olívia

Deputado PL Vice-Presidente
Antônio Genaro

Deputado Doutor BPSP
Ronaldo

Deputado BPSP
Djalma Diniz

Deputado Bloco
Laudelino PT/PCdoB
Augusto

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Miguel BPSP
Martini

Deputado Dimas PP
Fabiano

Deputado Alencar da BPSP
Silveira Jr.

Deputado Fahim BPSP

Sawan

Deputado Durval Bloco
Ângelo PT/PCdoB

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Bloco Presidente
Ricardo Duarte PT/PCdoB

Deputado BPSB Vice-Presidente
Fahim Sawan

Deputado BPSB
Neider Moreira

Deputado PFL
Doutor Viana

Deputado João PL
Bittar

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Chico Bloco
Simões PT/PCdoB

Deputado Doutor BPSB
Ronaldo

Deputado Carlos BPSB
Pimenta

Deputado Alberto PL
Bejani

Deputado Leonardo PMDB
Quintão

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - segundas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSB Presidente
Sargento Rodrigues

Deputado PL Vice-Presidente
Alberto Bejani

Deputado Olinto BPSB
Godinho

Deputado Bloco
Rogério Correia PT/PCdoB

Deputado PL
Leonardo
Moreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Zé Maia BPS

Deputado Roberto PL
Ramos

Deputado Arlen BPS
Santiago

Deputado Biel Rocha Bloco
PT/PCdoB

Deputado Célio PL
Moreira

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Célio PL Presidente
Moreira

Deputada Marília Campos Bloco Vice-Presidente
PT/PCdoB

Deputado Ana BPS
Maria

Deputado Pinduca PP
Ferreira

Deputado André Quintão Bloco
PT/PCdoB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Jayro PL
Lessa

Deputado Padre João Bloco
PT/PCdoB

Deputado Paulo BPS
César

Deputado Dimas PP
Fabiano

Deputada Maria José Bloco
Haueisen PT/PCdoB

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gil PP Presidente
Pereira

Deputado Adalclever Lopes PMDB Vice-Presidente

Deputado Djalma BPSP
Diniz

Deputado Laudelino Augusto Bloco
PT/PCdoB

Deputado Sidinho PL
do Ferrotaco

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dimas PP
Fabiano

Deputado Ivair PMDB
Nogueira

Deputado Paulo César BPSP

Deputada Cecília Bloco
Ferramenta PT/PcdoB

Deputado Célio PL
Moreira

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado José PMDB Presidente
Henrique

Deputado Elmiro PFL Vice-Presidente
Nascimento

Deputado Paulo BPSP
César

Deputado Biel Bloco
Rocha PT/PCdoB

Deputado Leonídio BPSP
Bouças

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado Sebastião PFL
Navarro Vieira

Deputado Gustavo BPSP
Valadares

Deputado Laudelino Bloco
Augusto PT/PCdoB

Deputado Arlen Santiago BPSP

SUMÁRIO

1 - ATA

1.1 - Reunião de Comissão

2 - MATÉRIA VOTADA

2.1 - Plenário

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Plenário

4.2 - Comissões

5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

ATA

ATA DA 11ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Segurança Pública, em 18/6/2003

Às 9h45min, comparecem no auditório do Colégio São Paulo da Cruz, localizado na Rua Vicente de Azevedo, 390, Barreiro de Baixo, nesta Capital, os Deputados Sargento Rodrigues e Célio Moreira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião, e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, a falta de segurança e o aumento do índice de criminalidade na região do Barreiro; a estruturação da 36ª Delegacia Seccional, com o oferecimento de plantão 24 horas; e a implantação de uma delegacia de polícia e de uma companhia da Polícia Militar no Barreiro de Cima. A Presidência registra a presença das seguintes autoridades, as quais são convidadas a tomar assento à mesa: Srs. Sebastião Francisco dos Santos, Delegado titular da 36ª Delegacia Seccional do Barreiro, representando o Sr. Otto Teixeira Filho, Chefe da Polícia Civil do Estado; Paulo César Funghi Alberto, Administrador Regional do Barreiro, representando o Sr. Fernando Damata Pimentel, Prefeito Municipal de Belo Horizonte; Ten. Cel. Marcelo Aleixo, Comandante do 5º Batalhão da PMMG, representando o Cel. PM Álvaro Antônio Nicolau, Comandante-Geral da PMMG. Em seguida, a Presidência concede a palavra ao Deputado Célio Moreira, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, sendo a palavra concedida ao público presente para intervenções, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e dos convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de junho de 2003.

Sargento Rodrigues, Presidente - Célio Moreira - Alberto Bejani.

MATÉRIA VOTADA

Matéria Votada na 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 24/6/2003

Foram aprovadas as seguintes proposições:

Em 1º turno: Projeto de Lei nº 105/2003, da Deputada Lúcia Pacífico, com as Emendas nºs 1 e 2.

Em 2º turno: Projetos de Lei nºs 37/2003, do Deputado Leonardo Moreira; e 71/2003, da Deputada Maria José Haueisen, na forma do vencido em 1º turno.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia DA 51ª reunião ordinária, EM

25/6/2003

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 723/2003, da Comissão Especial do Tribunal de Contas, que solicita ao Presidente do Tribunal de Contas informações acerca da suspensão da Presidente do Sindicato daquele órgão, Sra. Stella Pimenta, por 90 dias, com corte do salário, especialmente as razões que motivaram tal ato. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 735/2003, do Deputado Antônio Andrade, que solicita ao Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Gestão de Águas - IGAM - informações acerca do plantio de eucalipto em uma área de 2.080ha da empresa Sorel Sociedade Reflorestamento Ltda, no Município de Felixlândia, nos termos que especifica. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 581/2003, do Deputado Adalclever Lopes, que solicita ao Secretário de Planejamento informações a respeito do nome e da lotação dos servidores que serão atingidos pela confirmação da setença prolatada, em desfavor do Estado, pelo Juiz Substituto da 4ª Vara de Fazenda Pública da Comarca de Belo Horizonte. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 585/2003, do Deputado Ivair Nogueira, que solicita à Secretária da Educação informações acerca das medidas e providências que serão adotadas por aquela Secretaria para prevenir ou reprimir as freqüentes depredações e os roubos de equipamentos, que vêm ocorrendo nos prédios públicos das escolas estaduais. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 761/2003, da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, que solicita ao Presidente da COMIG a relação de todos os convênios firmados na última gestão que envolvam a constituição de estradas e outras obras, com as especificações que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 33/2003, do Deputado Leonardo Moreira, que autoriza a veiculação de publicidade no encosto de cabeça das poltronas dos ônibus intermunicipais. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade com a Emenda nº 1, que apresentou. As Comissões de Transporte e de Fiscalização Financeira opinaram pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela aprovação da Emenda nº 2.

Prosseguimento da discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que altera os §§ 1º e 4º do art. 128 e o inciso XXVI do art. 90 da Constituição do Estado, e o art. 22 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 89/2003, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que prevê a realização da Semana da Conservação Escolar no calendário da Secretaria da Educação e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Educação opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 119/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que determina aos estabelecimentos bancários situados no território do Estado a instalação de assentos nas filas especiais para aposentados, pensionistas, gestantes e deficientes físicos. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões do Trabalho e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 166/2003, do Deputado João Leite, que dispõe sobre a notificação de infração de trânsito enviada ao infrator pelo DETRAN, por remessa postal. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte opina por sua aprovação .

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 245/2003, do Deputado Paulo Piau, que proíbe a comercialização de derivado de leite com adição de soro de queijo sob a denominação "leite modificado". A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 3, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 3, da Comissão de Defesa do Consumidor.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 724/2003, do Tribunal de Justiça, que cria cargos na estrutura orgânica da Secretaria do Tribunal de Alçada do Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do substitutivo nº1, da Comissão de Administração Pública.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 12ª reunião ordinária da comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, a realizar-se às 9h30min do dia 25/6/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 38/2003, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 879, 880 e 881/2003, do Deputado Luiz Fernando Faria; 883/2003, do Deputado Fábio Avelar.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 14ª reunião ordinária da comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, a realizar-se às 10 horas do dia 25/6/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 116/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 13ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, a realizar-se às 10 horas do dia 25/6/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 304/2003, da Deputada Ana Maria; 513/2003, do Deputado Ermano Batista; 46/2003, do Deputado Miguel Martini.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 25/6/2003

Pauta Complementar

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposição que dispensa apreciação do Plenário:

Requerimento nº 884/2003, do Deputado Weliton Prado.

Ordem do dia da 13ª reunião ordinária da comissão de Saúde, a realizar-se às 9h30min do dia 26/6/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

Finalidade: debater com convidados a questão da saúde pública no Município de Contagem.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e 20 horas do dia 25/6/2003, destinadas, a primeira, à apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 20/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que altera os §§ 1º e 4º do art. 128 e o inciso XXVI do art. 90 da Constituição do Estado, e o art. 22 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e dos Projetos de Lei nºs 33/2003, do Deputado Leonardo Moreira, que autoriza a veiculação de publicidade no encosto de cabeça das poltronas dos ônibus intermunicipais; 89/2003, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que prevê a realização da Semana da Conservação Escolar no calendário da Secretaria da Educação e dá outras providências; 245/2003, do Deputado Paulo Piau, que proíbe a comercialização de derivado de leite com adição de soro de queijo sob a denominação "leite modificado"; e 724/2003, do Tribunal de Justiça, que cria cargos na estrutura orgânica da Secretaria do Tribunal de Alçada do Estado e dá outras providências; e à discussão e votação de pareceres de redação final; e a segunda, I - à discussão e votação da ata da reunião anterior; e, II, 1ª Fase, à votação dos requerimentos nºs 723/2003, da Comissão Especial do Tribunal de Contas, que solicita ao Presidente do Tribunal de Contas informações acerca da suspensão da Presidente do Sindicato daquele órgão, Sra. Stella Pimenta, por 90 dias, com corte do salário, especialmente as razões que motivaram tal ato; 735/2003, do Deputado Antônio Andrade, que solicita ao Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Gestão de Águas informações acerca do plantio de eucalipto em uma área de 2.080 ha da empresa Sorel Sociedade Reflorestamento Ltda, no Município de Felixlândia, nos termos que especifica; 581/2003, do Deputado Adalclever Lopes, que solicita ao Secretário de Planejamento informações a respeito do nome e da lotação dos servidores que serão atingidos pela confirmação da sentença prolatada em desfavor do Estado pelo Juiz Substituto da 4ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Belo Horizonte; 585/2003, do Deputado Ivair Nogueira, que solicita à Secretaria da Educação informações acerca das medidas e providências que serão adotadas por aquela Secretaria para prevenir ou reprimir as freqüentes depredações e os roubos de equipamentos que vêm ocorrendo nos prédios públicos das escolas estaduais; e 761/2003, da Comissão de Transporte, que solicita ao Presidente da COMIG a relação dos convênios firmados na última gestão que envolvam a constituição de estradas e outras obras com as especificações que menciona; e, 2ª Fase, à apreciação da matéria constante da pauta da primeira, acrescida dos Projetos de Lei nºs 9/2003, do Deputado Leonardo Quintão, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados nos contratos de serviços terceirizados e fornecimento em que participa a administração pública do Estado; 17/2003, do Deputado Weliton Prado, que dispõe sobre assentamento de famílias no Estado removidas em decorrência de outras públicas e dá outras providências; 119/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que determina aos estabelecimentos bancários situados no território do Estado de Minas Gerais a instalação de assentos nas filas especiais para aposentados, pensionistas, gestantes e deficientes físicos; 166/2003, do Deputado João Leite, que dispõe sobre a notificação de infração de trânsito enviada ao infrator pelo DETRAN, por remessa postal; e do Projeto de Resolução nº 687/2003, da Comissão de Fiscalização Financeira, que rejeita as contas do Governador do Estado referentes ao exercício financeiro de 2001; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 24 de junho de 2003.

Mauri Torres, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Durval Ângelo, Ermano Batista, Gilberto Abramo, Gustavo Valadares, Leonardo Moreira e Paulo Piau, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 25/6/2003, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem os pareceres sobre os Projetos de Lei Complementar nºs 20, 22 e 23/2003 e os Projetos de Lei nºs 48, 50, 72, 83, 88, 94, 135, 137, 142, 155, 159, 161, 181, 182, 188, 193, 213, 216, 221, 223, 225, 229, 230, 236, 242, 268, 272, 298, 299, 311, 321, 329, 331, 339, 347, 348, 352, 361, 369, 374, 383, 384, 395, 406, 413, 449, 450, 478, 482, 532, 534, 537, 538, 550, 567, 574, 587, 598, 600, 601, 603, 604, 611, 614, 618, 625, 628, 630, 633, 634, 641, 643, 646, 655, 667, 668, 673, 677, 678, 682, 686, 693, 706, 707, 709, 727, 728, 735, 736, 737, 738, 739, 741, 746, 752, 754, 766 e 768/2003.

Sala das Comissões, 24 de junho de 2003.

Sebastião Navarro Vieira, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Direitos Humanos e de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Roberto Ramos, Célio Moreira, Mauro Lobo e Roberto Carvalho, membros da Comissão de Direitos Humanos; Sargento Rodrigues, Alberto Bejani, Leonardo Moreira, Olinto Godinho e Rogério Correia, membros da Comissão de Segurança Pública, para a reunião a ser realizada em 26/6/2003, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se debater, com convidados, o possível envolvimento de policiais, civis e militares, na rede de tráfico de drogas no hipercentro de Belo Horizonte e o desaparecimento de mulheres na Região Metropolitana.

Sala das Comissões, 24 de junho de 2003.

Durval Ângelo, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Na condição de Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e em adendo ao despacho de recebimento de emendas ao Projeto de Lei nº 715/2003, informo que, por erro material, não há emendas recebidas com os nºs 191, 223, 224, 225, 226, 227 e 228.

Ermano Batista, Presidente.

Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei COMPLEMENTAR Nº 2/2003

Comissão de Administração Pública

Relatório

De autoria do Deputado Célio Moreira, o Projeto de Lei Complementar nº 2/2003 dá nova redação ao art. 70 da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, que institui o Regime Próprio de Previdência e Assistência Social dos Servidores do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

A matéria foi aprovada no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Retorna a esta Comissão a fim de receber parecer para o 2º turno, nos termos do art. 189 do Regimento Interno, cabendo-nos, ainda, elaborar a redação do vencido, que segue anexa e é parte deste parecer.

Fundamentação

O projeto em análise tem como finalidade alterar o art. 70 da Lei Complementar nº 64, de 2002, que assegura licença remunerada à servidora que adotar ou obtiver guarda judicial de criança. No dispositivo em vigência, o benefício é concedido pelo período de 90 dias, se a criança tiver até 1 ano, e de 30 dias, nos demais casos. A proposição pretende a ampliação desse período para 120 dias, independentemente da idade da criança adotada.

O art. 5º da Lei Federal nº 9.717, de 1998, que dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência, determina que esses regimes não podem conceder benefícios distintos dos previstos nos planos de benefícios do Regime Geral de Previdência Social, de que trata a Lei Federal nº 8.213, de 1991. Esse é também o entendimento do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.311-MS.

Embora oportuna a iniciativa do autor da matéria com vistas a adequar a lei estadual à legislação federal, esta Casa considerou que a simples ampliação do período não atende ao citado comando da Lei Federal nº 9.717, que veda a concessão de benefícios distintos dos do Regime Geral de Previdência. Visando a promover a correta adequação, o Substitutivo nº 1, aprovado no 1º turno, propõe nova redação para o art. 70 da Lei Complementar nº 64, à luz do art. 71-A da Lei Federal nº 8.213, acrescentado pela Lei Federal nº 10.421, de 2002. Esse dispositivo garante à segurada da Previdência Social que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança o salário-maternidade, pelo período de 120 dias, se a criança tiver até 1 ano; de 60 dias, se tiver entre 1 e 4 anos; e de 30 dias, se tiver de 4 a 8 anos.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 2/2003 na forma do vencido em 1º turno.

Sala das Comissões, 24 de junho de 2003.

Domingos Sávio, Presidente - Jô Moraes, relatora - Leonardo Quintão - Carlos Pimenta.

Redação do Vencido no 1º Turno

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 2/2003

Dá nova redação ao art. 70 da Lei Complementar nº 64, de 25 de março de 2002.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O art. 70 da Lei Complementar nº 64, de 25 de março de 2002, que institui o Regime Próprio de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos do Estado de Minas Gerais, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 70 - À servidora que adotar ou obtiver guarda judicial de criança para fins de adoção será concedida licença-maternidade pelo período de cento e vinte dias, se a criança tiver até um ano de idade; de sessenta dias, se tiver mais de um e menos de quatro anos de idade; e de trinta dias, se tiver de quatro a oito anos de idade.

Parágrafo único - A concessão do benefício de que trata o "caput" será dada uma única vez, quando da formalização da guarda judicial ou da adoção."

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 231/2003

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 231/2003, de autoria do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos

dos Excepcionais - APAE - de Mercês, com sede nesse Município, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 231/2003

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE - de Mercês, com sede nesse Município.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE - de Mercês, com sede nesse Município.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 18 de junho de 2003.

Maria Olívia, Presidente - Doutor Ronaldo, relator - Djalma Diniz - Laudelino Augusto.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 255/2003

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 255/2003, de autoria do Deputado Paulo Piau, que declara de utilidade pública o Centro de Recuperação do Alcoólatra de Itapagipe - CEREAL -, com sede no Município de Itapagipe, foi aprovado em turno único, com a Emenda nº 1.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 255/2003

Declara de utilidade pública o Centro de Recuperação do Alcoólatra - CEREAL -, com sede no Município de Itapagipe.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Centro de Recuperação do Alcoólatra - CEREAL -, com sede no Município de Itapagipe.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 18 de junho de 2003.

Maria Olívia, Presidente - Doutor Ronaldo, relator - Djalma Diniz - Laudelino Augusto.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 283/2003

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 283/2003, de autoria do Deputado Sargento Rodrigues, que declara de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Santa Luzia, com sede no Município de Buenópolis, foi aprovado em turno único, com a Emenda nº 1.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 283/2003

Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Santa Luzia - AMBSL -, com sede no Município de Buenópolis.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Santa Luzia - AMBSL -, com sede no Município de Buenópolis.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 18 de junho de 2003.

Maria Olívia, Presidente - Doutor Ronaldo, relator - Laudelino Augusto - Djalma Diniz.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 396/2003

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 396/2003, de autoria do Deputado João Leite, que declara de utilidade pública a Associação Comunitária e Assistência Social - ACAS -, com sede no Município de Belo Horizonte, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 396/2003

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária e Assistência Social - ACAS -, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária e Assistência Social - ACAS -, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 18 de junho de 2003.

Maria Olívia, Presidente - Djalma Diniz, relator - Doutor Ronaldo - Laudelino Augusto.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 436/2003

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 436/2003, de autoria do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE - de Ipiacu, com sede nesse Município, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 436/2003

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE - de Ipiacu, com sede nesse Município.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE - de Ipiacu, com sede nesse Município.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 18 de junho de 2003.

Maria Olívia, Presidente - Djalma Diniz, relator - Doutor Ronaldo - Laudelino Augusto.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 468/2003

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 468/2003, de autoria do Deputado Antônio Carlos Andrada, que declara de utilidade pública o Conselho Particular Nossa Senhora da Glória da Sociedade de São Vicente de Paulo, com sede no Município de Passa Tempo, foi aprovado em turno único, com a Emenda nº 1.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 468/2003

Declara de utilidade pública o Conselho Particular Nossa Senhora da Glória da Sociedade de São Vicente de Paulo da Cidade de Passa Tempo, com sede no Município de Passa Tempo.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Conselho Particular Nossa Senhora da Glória da Sociedade de São Vicente de Paulo da Cidade de Passa Tempo, com sede no Município de Passa Tempo.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 18 de junho de 2003.

Maria Olívia, Presidente - Djalma Diniz, relator - Doutor Ronaldo - Laudelino Augusto.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 471/2003

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 471/2003, de autoria do Deputado Antônio Carlos Andrada, que declara de utilidade pública a Associação Comunitária para Assuntos de Segurança Preventiva - ACASP -, com sede no Município de Divinópolis, foi aprovado em turno único, com a Emenda nº 1.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 471/2003

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária para Assuntos de Segurança Preventiva, com sede no Município de Divinópolis.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária para Assuntos de Segurança Preventiva, com sede no Município de Divinópolis.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 18 de junho de 2003.

Maria Olívia, Presidente - Djalma Diniz, relator - Laudelino Augusto - Doutor Ronaldo.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 487/2003

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 487/2003, de autoria do Deputado Antônio Júlio, que declara de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança Preventiva de Pará de Minas - CONSEP -, com sede nesse município, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 487/2003

Declara de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança Preventiva de Pará de Minas - CONSEP -, com sede no Município de Pará de Minas.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança Preventiva de Pará de Minas - CONSEP -, com sede no Município de Pará de Minas.

Art. 2º - Esta lei entra vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 18 de junho de 2003.

Maria Olívia, Presidente - Djalma Diniz, relator - Doutor Ronaldo - Laudelino Augusto.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 572/2003

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 572/2003, de autoria do Deputado José Milton, que declara de utilidade pública o Centro Adolescente Ativo, com sede no Município de Conselheiro Lafaiete, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 572/2003

Declara de utilidade pública o Centro Adolescente Ativo, com sede no Município de Conselheiro Lafaiete.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Centro Adolescente Ativo, com sede no Município de Conselheiro Lafaiete.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 18 de junho de 2003.

Maria Olívia, Presidente - Djalma Diniz, relator - Doutor Ronaldo - Laudelino Augusto.

Parecer sobre o Requerimento Nº 390/2003

Mesa da Assembléia

Relatório

O Deputado Padre João, por meio da proposição em exame, requer ao Presidente da Assembléia Legislativa seja encaminhado ofício ao Secretário de Estado de Governo, solicitando informações sobre as cidades que receberam recursos em razão das fortes chuvas dos últimos tempos, incluindo os valores concedidos a cada município.

Após a sua publicação, vem a matéria à Mesa da Assembléia para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, "c", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Assembléia Legislativa, por força de dispositivo constitucional, tem, além da competência de legislar, a de exercer o controle externo sobre as atividades da administração pública, que é levado a termo pelos parlamentares mediante várias ações, entre elas o pedido de informações por escrito dirigido às autoridades estaduais.

O requerimento em análise refere-se à solicitação de dados sobre o repasse de recursos do orçamento do Estado aos municípios que foram duramente atingidos pelas chuvas do último verão e que decretaram estado de calamidade pública, fazendo jus ao auxílio do Tesouro.

Entretanto, o assunto da proposição está equivocado a nosso ver. Pretende o parlamentar fiscalizar a aplicação dos recursos efetuada pela administração dos municípios beneficiários, o que refoge à competência deste Poder. Compete-lhe, isto sim, o controle e a fiscalização do Poder Executivo do Estado, que, em vista disso, deve ser inquirido sobre o acompanhamento a ser realizado após a transferência dos recursos e se houve prestação de contas por parte dos municípios.

Assim, para tornar mais adequado o conteúdo da proposição, consoante o papel fiscalizador reservado a esta Casa, é que apresentamos substitutivo ao final.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 390/2003 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 1

- Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais:

O Deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado ofício ao Secretário de Estado do Governo solicitando-lhe que informe a esta Casa quanto foi repassado aos municípios mineiros em razão do estado de calamidade decretado por ocasião das últimas chuvas; que nomeie os municípios beneficiários e os valores concedidos a cada um e os municípios que prestaram conta da aplicação dos recursos.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 4 de junho de 2003.

Mauri Torres, Presidente - Rêmoló Aloise, relator - Adelmo Carneiro Leão - Dilzon Melo - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Pastor George.

Parecer sobre o Requerimento Nº 761/2003

Mesa da Assembléia

Relatório

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, por meio da proposição em tela, solicita seja pedido ao Presidente da Companhia Mineradora de Minas Gerais - COMIG - o envio a esta Casa da relação de todos os convênios firmados na última gestão do Estado que envolvam a construção de estradas e a realização de outras obras, citando os conveniados, objetos, valores, prazo de execução e data de publicação dos extratos dos convênios.

Publicada em 29/5/2003, foi a matéria encaminhada à Mesa da Assembléia para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, "c", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Companhia Mineradora de Minas Gerais - COMIG - foi criada em 1990 para fomentar o setor mineral do Estado. Por se tratar de sociedade de economia mista, na constituição de seu capital há a conjugação de recursos provenientes das pessoas de direito público ou de entidades da administração indireta com recursos de particulares, com prevalência acionária da esfera governamental. Devido a isso sujeita-se ao controle externo da Assembléia Legislativa, que o exerce com o auxílio do Tribunal de Contas ou diretamente por meio do pedido de informações, conforme o que está estabelecido no art. 54 da Constituição do Estado.

As informações requeridas pela proposição sob exame dizem respeito aos convênios celebrados pela empresa, na gestão do Governador Itamar Franco, que envolveram construção de estradas e realização de outras obras, nomeando beneficiários, valores pagos, cópias dos instrumentos dos ajustes, além de seus termos aditivos, como também a data de publicação dos extratos dos convênios de que a estatal fez parte e que lhe impunham obrigações, enfim, todas as informações pertinentes ao exercício do controle desta Casa que envolvam repasses financeiros e gastos de recursos públicos.

Conclusão

Mediante o exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 761/2003 na forma proposta.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 4 de junho de 2003.

Mauri Torres, Presidente - Rêmoló Aloise, relator - Adelmo Carneiro Leão - Dilzon Melo - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Pastor George.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

48ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 17/06/2003

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, telespectadores, assessoria, volto à tribuna para registrar, com grande alegria, que o parlamento mineiro, durante três dias, recepciona mais de 1000 participantes no debate sobre a reforma tributária, em uma reflexão tão necessária. Desde ontem acompanhamos o posicionamento dos expositores.

A Assembléia, sob a competente Presidência do Deputado Mauri Torres, tem dado demonstração inequívoca e traz a este parlamento, local apropriado para reflexões e discussões, momentos importantes que farão parte da carta de Minas relativa à reforma tributária, em tramitação no Congresso Nacional. A redução de ICMS é necessária, pois é catalisadora da geração de renda, empregos e oportunidades para o Estado. Com o auxílio de Deputados, tive, na legislatura passada, projetos sancionados pelo Governador. O primeiro reduzia a alíquota de ICMS de 18 para 12% para o setor moveleiro; o segundo, do setor têxtil, de 18 para 12%, e o terceiro, do setor vinícola, de 30 para 25%.

Essa elevada carga tributária tem-nos encarnado, inviabilizando grandes investimentos não só para Minas, mas para o País. Presenciamos argumentações importantes, e cada cidadão mineiro, experiente na área tributária, traz novos planos e reflexões que contribuirão para a formatação de importante projeto para o Brasil.

É necessário que isso aconteça não somente em Minas, mas em outros Estados. Minas é um exemplo, pois sempre sai na frente. Por meio dos parlamentares, dos Secretários de Estado e dos que fazem parte do segmento socioeconômico, busca alternativas para que a indústria seja competitiva, saudável e progressista.

Há poucos dias realizamos, nesta Casa, audiência pública. Contamos com a presença do BDMG no novo programa de desenvolvimento Indústria

Mineira Competitiva, liderado pelo Secretário Wilson Brumer. Numa boa hora e iniciativa, auxilia a indústria a caminhar com suas próprias pernas, liberando recursos de R\$200.000,00 a R\$500.000,00, com juros de 4% a 6% mais o IPCA. Precisamos traduzir isso em trabalho, capaz de trazer a paz social, a harmonia das cidades e a não-violência. Contribuímos muito com esse debate. Certamente, com ele, apresentaremos ao relator a preocupação do Governo e dos mineiros.

Enalteço a importância deste seminário, com mais de mil inscritos de todo o Estado. Eles compartilham e trazem o brilho de sua inteligência e experiências na formatação deste importante projeto, que não é só de Minas, mas do Brasil. Daremos uma contribuição extraordinária para a reforma da previdência e tributária. Por meio de diálogo franco, correto e transparente, desempenharemos o verdadeiro papel de parlamentar e de cidadão mineiro.

Outro assunto nos traz à tribuna. Há poucos dias realizamos, na Comissão de Educação, discussão importante sobre o concurso público. Fizemos inúmeras intervenções, juntamente com o autor da audiência pública e Presidente da Comissão, Deputado Adalcleber Lopes. Esteve presente o Procurador-Geral Adjunto do Estado, que manifestou a posição do Estado quanto ao recurso de apelação. Ainda faltavam 15 a 20 dias para o término do prazo, quando demonstrou técnica, jurídica e processualmente a disposição do Estado em buscar nova definição jurídica no Tribunal de Justiça.

Temos em mãos belíssima peça de apelação produzida, com muito esforço, por meio de comissão nomeada pela Portaria nº 92. Quatro Procuradores defenderão os legítimos interesses dos que se encontram na iminência de sofrer prejuízos nas suas funções.

Esta peça já se encontra disponibilizada no "site" da Procuradoria-Geral do Estado, esclarecendo principalmente sobre os pontos debatidos e que serão reexaminados pela Corte superior.

É necessário frisar a preocupação do Governador Aécio Neves. À época em que tomou conhecimento da sentença da 4ª Vara da Fazenda Pública, entendendo a nulidade do concurso, determinou a S. Exa. imediatas providências para o acompanhamento junto ao TJ, por meio da apresentação das razões recursais.

Sabemos que todas as pendências judiciais são demoradas, muitas vezes discutidas até no STF, mas nossa maior preocupação é com a causa do servidor. Vejo à direita e à frente representantes de Monte Santo de Minas e São Sebastião do Paraíso, terra de Rêmoló Aloise, na luta pela valorização e dignidade do magistério mineiro. Quero saudá-los, caríssimos servidores da educação, e apresentar nossas homenagens e nosso testemunho acima de tudo, fazendo deste parlamento um "hall" constante de defesa do magistério, de cuja classe jamais poderemos nos esquecer. A minha frente vejo a Profª. Ana Maria, colega de Comissão de Educação, que tanto tem lutado por todas as educadoras de Minas. Testemunho nossa preocupação na construção e aperfeiçoamento do diálogo, desses importantes projetos, procurando resgatar a todos os servidores da educação o que há de melhor, mais salutar e justo. Tenham a certeza de que, por meio dessas discussões em nossas comissões, assumimos um compromisso com nossa consciência e com todos vocês, juntando esforços e sacrifícios para apresentar essa proposta de reforma, juntamente com o plano de carreira tão necessário. Todos os Deputados, irmanados num só sentimento de gratidão e respeito pela classe dos servidores, construiremos, como já estamos construindo, esse grande projeto não somente para o servidor da educação, mas para todo servidor público, peça importante que é, sem dúvida o maior patrimônio do Estado. Sem os servidores nosso Estado jamais caminharia, como vem caminhando, a passos largos e determinados.

Apresentamos pela manhã uma PEC buscando encampar e garantir o tombamento da Serra da Moeda. Recebemos alguns pleitos nesse sentido. Temos certeza absoluta de que, se não tomarmos medidas preventivas, haverá a destruição daquele importante patrimônio que temos. Com isso, fatos históricos que já estão dentro do coração e no sentimento do povo mineiro podem ser perdidos. Temos de garantir o seu tombamento, para evitarmos futuras depredações de empresas que, com certeza, buscarão a exploração do minério, trazendo a intranquilidade para os moradores do Município de Moeda.

Sr. Presidente, sinto-me muito feliz, porque, na sexta-feira passada, pudemos encerrar, neste Plenário, um importante encontro sobre a economia solidária, aquela que busca, pela união de esforços, em campanha solidária, dar condições de vida digna ao nosso cidadão. No auditório repleto, acompanhamos os depoimentos de pessoas que lutam em suas regiões para resgatar a auto-estima, a autogestão de negócios, de pensamento e de desenvolvimento para Minas Gerais. Fico feliz porque a Assembléia tem sido palco dos mineiros, o legítimo parlamento de todos aqueles que buscam trazer suas reivindicações, e, com certeza, com o sentimento dos parlamentares, haveremos de construir grandes projetos para todo o nosso povo e para toda a nossa gente.

O Deputado Dinis Pinheiro* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, visitantes e imprensa presente, é sabido por todos que um dos temas mais debatidos atualmente é o da segurança pública, tanto em nível do Estado quanto do nosso País. Há uns dois meses, tive a oportunidade de aqui, desta tribuna, relatar a triste situação da minha querida terra natal, Ibitaré. Conforme falei naquela época, Ibitaré possui um crescimento bastante acelerado da violência e a característica de ser dormitório. Tem muitas vilas e uma situação muito difícil. Hoje atinge índice dos mais elevados de violência da Grande BH e do Estado.

Ressalto o tráfico de drogas intenso, vigoroso, na minha querida Ibitaré. Há algum tempo, temos observado fugas e mais fugas da delegacia civil, chegando mesmo a ser noticiado, naquela época, pela Rede Globo, no programa Linha Direta. Há falta de policiamento, de estrutura e, acima de tudo, de sensibilidade do comando militar de Minas Gerais.

Acompanhei de perto o lançamento da nova política e das novas ações implementadas pelo Governador Aécio Neves, que tem mostrado preocupação, zelo e seriedade para enfrentar vigorosamente esse grande problema da violência no Estado.

É imprescindível a participação harmoniosa e obediente de seus colaboradores. E aí declino o nome do Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais.

Nesse contexto de violência, fui motivado por inúmeras causas, conforme relatei, a convidar a Comissão de Segurança Pública para reunião em nossa cidade, a fim de acompanhar de perto, ouvir e presenciar o clamor, a súplica e as aflições do povo ibiritense. Prontamente fui atendido. A Comissão, tão bem conduzida pelo Deputado Sargento Rodrigues, o qual tem se pautado com seriedade, correção e inabalável vontade de enfrentar esse problema, lá esteve, ao lado dos Deputados Rogério Correia, do PT, e Célio Moreira, do nosso partido, que tiveram a oportunidade de ouvir e expressar opiniões e sugestões, além de prestar contribuições valorosas para a solução desse gravíssimo problema.

Depois de ouvirmos dezenas de moradores e o relato minucioso do Prefeito Toninho Pinheiro, que tem feito trabalho maravilhoso à frente da administração municipal, como construção de escolas, creches, postos de saúde e áreas de lazer e implementação de políticas sociais, investindo na juventude e, sobretudo, participando de forma solidária da segurança, tivemos a oportunidade de apresentar requerimento contendo três subitens importantíssimos para a solução do problema. Para tanto, peço a solidariedade e o acolhimento dos setores do Governo Estadual.

Também apresento queixa contra o Comandante-Geral da PMMG, que não se fez presente, achando melhor ficar aqui, no conforto do seu comando, em vez de ser o primeiro a chegar lá, em cumprimento do seu dever. Mesmo diante desse descaso e da falta de respeito, a Comissão

de Segurança Pública, o Prefeito de Ibitaré, a comunidade, este Deputado, todos nós cumprimos o nosso dever, debatendo, ouvindo bastante e apresentando sugestões. Achemos, então, por bem, encaminhar requerimento de visita da Comissão ao Governador, que tem procurado, com muito zelo, enfrentar o problema. Apresentamos três sugestões importantes, essenciais e imprescindíveis para que o povo possa ter vida mais tranqüila, segura e humana: a implantação do destacamento militar independente, a transformação da Delegacia de Ibitaré em seccional e a construção de cadeia pública.

Aproveito a audiência da TV Assembléia para dizer ao Comando da PMMG que Ibitaré precisa muito de segurança e se encontra triste por não ter sossego e por suas escolas estarem em dificuldade. Mesmo não tendo ido a Ibitaré para vivenciar os problemas da nossa querida cidade, que possa nos ouvir, debater conosco e, da mesma forma como o nosso Governador, ter vontade de trabalhar, ajudar, servir e construir. Se, por um lado, está tranqüilo, no ar condicionado de sua confortável sala, por outro, Ibitaré se encontra em extrema dificuldade, triste, vivendo uma onda de insegurança jamais vista.

O Deputado Célio Moreira (em aparte)* - Obrigado, Deputado. Quero parabenizá-lo por sua fala e requerimento referente à audiência pública em Ibitaré. A Comissão de Segurança Pública pôde constatar a indignação daquela comunidade, que solicita uma companhia e uma seccional da Polícia Civil, para resolver a questão da falta de policiamento não só de Ibitaré, mas de Sarzedo e Mauro Campos, enfim, toda a região do Barreiro solicita ação imediata por parte do Governador e das Polícias Civil e Militar, pois o índice de criminalidade cresce assustadoramente.

Amanhã, teremos uma audiência pública no Barreiro, para discutir a questão da insegurança e do alto índice de criminalidade. Há uma seccional no Barreiro, onde não funciona um cartório 24 horas, por isso, é preciso que as viaturas se desloquem até o Alípio de Melo, a fim de registrarem ocorrência. Já solicitamos providências do Comando, do Chefe de Polícia, o Dr. Otto, e do Secretário Lúcio Urbano.

Também é assustador o problema do desmanche, do roubo de carros na região, o que já é do conhecimento da polícia. Infelizmente, nenhuma medida foi tomada.

A solicitação de V. Exa. é reivindicação da região há anos. Ibitaré tem crescido bastante - e parabenizo o Prefeito Toninho Pinheiro por seu excelente trabalho -, mas vive uma onda de vandalismo. O comércio é assaltado todos os dias, e as escolas também têm sofrido a mesma violência; por sinal, no dia da audiência, em Ibitaré, a escola onde se realizou a reunião foi assaltada.

V. Exa. pode contar com o apoio deste parlamentar, para que, de fato, seja providenciada a instalação de companhia da PM na região, a fim de atender àquelas pessoas, que estão presas em suas casas, enquanto os bandidos estão à solta.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Quero cumprimentá-lo por seu pronunciamento, pois o que podemos fazer é chamar a atenção para o caso da segurança pública, como V. Exa. fez com Ibitaré.

Temos muito que lamentar em Minas Gerais. O Estado deixa de ser tranqüilo para tornar-se violento, haja vista o que ocorreu com o ex-Deputado Paulo Almada, que está entre a vida e a morte no hospital, depois de ser baleado à porta de um Banco.

Nessa noite, os ladrões roubaram um carro da Polícia, simularam uma "blitz" e seqüestraram um casal: um médico e uma dentista. Temos de continuar batendo nessa mesma tecla e solicitar ao Governador Aécio Neves que invista na segurança pública, ou seja, na Polícia Militar, na Polícia Civil, na formação de mais policiais e em equipamentos. Cumprimos o papel de denunciar diuturnamente a violência e de cobrar providências.

O Deputado Dinis Pinheiro* - Obrigado, Deputado Carlos Pimenta. Agradeço a preciosa colaboração da Comissão de Segurança Pública, dos Deputados Rogério Correia e Célio Moreira e do nosso Presidente, Deputado Sargento Rodrigues, que brilhantemente conduz esse trabalho.

Registro, com muito pesar e firmeza, repúdio ao Comandante-Geral da PM. Tenho a oportunidade de visitar várias cidades, percorrendo vilas e bairros. O Comandante-Geral também poderia, pelo menos uma vez por ano, deixar o Comando para visitar e ver bem de perto os problemas gravíssimos da querida Ibitaré e de outras tantas cidades.

Sr. Presidente, V. Exa., juntamente com a assessoria da Casa, tão capaz, poderia verificar o teor do art. 96 do Regimento Interno, que descreve o critério para a distribuição das Comissões na Assembléia. Até hoje não se tomou providência no que diz respeito à redistribuição das Comissões. O PL almeja e exige o cumprimento integral do Regimento Interno. Tenho a certeza de que a Presidência, que tem se movido pela ética, correção, seriedade e cumprimento estrito das normas jurídicas e do Regimento Interno, será ágil no cumprimento desse dispositivo.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Marília Campos* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Minas Gerais participa de um caloroso debate, recentemente, nesta Casa, sobre a reforma da Previdência, e, agora, acerca da reforma tributária. Sem dúvida, apresenta sua contribuição em relação ao rumo dessas reformas, que, certamente, serão aprovadas no Congresso Nacional. Isso é o que o País precisa e deseja para voltar a apostar em um novo rumo para o crescimento da economia. Esses debates são acompanhados de uma calorosa discussão, envolvendo sociedade civil, parlamentares, sindicalistas. A emoção toma conta, e a alternativa freqüentemente exposta é a do diálogo.

Aconteceu recentemente em Contagem negociação entre a nova diretoria do CEASA e os comerciantes. De outubro de 2002 a maio de 2003, ocorreram negociações intensas.

O que aconteceu é motivo de muita alegria, não apenas porque o CEASA está na cidade de Contagem. Acredito que era interesse deste Estado essa negociação, que pôs fim aos conflitos que estavam acontecendo entre os comerciantes e a direção do CEASA.

Vale ressaltar que quem está na diretoria do CEASA é o nosso colega, ex-Deputado Edson Rezende, que mostrou uma postura de democracia, negociação, diálogo, e pôs fim aos conflitos que existiram lá, durante nove meses. Uma postura de diálogo, de transparência.

Acordo firmado entre o CEASA e os comerciantes. (- Lê:)

"1 - Gestão participativa e transparente. Foi criada uma comissão permanente de acompanhamento da tarifa de serviços, a ser regulamentada em dez dias.

2 - Extinção de todas as ações entre CEASA, ACCEASA, APHCEMG, AMISA, entre outras, originadas a partir do conflito.

3 - Plano Nacional de Desestatização. O CEASA-MG e a ACCEASA farão gestão na tentativa de retirar o CEASA-MG do processo de privatização, iniciado no Governo Fernando Henrique Cardoso.

4 - Elaboração conjunta com todos os atores do Entreposto do novo Regulamento de Mercado, que é de agosto de 1975.

5 - Cancelamento da cobrança de estacionamento.

6 - Criação do Centro Empresarial de Agronegócio, no edifício da Minasbolsa.

7 - Criação do Centro de Referência da memória do Entreposto".

Seria desnecessário ressaltar a importância que o CEASA tem para Minas Gerais. No entanto, vale ressaltar a importância que esse acordo tem para o Estado, porque fortalece o CEASA enquanto entidade importante no crescimento e desenvolvimento de Minas, põe fim aos conflitos, e os comerciantes e a direção do CEASA saem desse acordo fortalecidos.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Gostaria de fazer coro com V. Exa. Seu pronunciamento é muito oportuno.

Digo a V. Exa. que, como tive o privilégio maior de ter convivência muito respeitosa e salutar com o Deputado Edson Rezende, posso sentir a alegria e a satisfação de seu pronunciamento.

O Deputado Edson Rezende, com o brilho da sua inteligência, com sua honorabilidade e integridade, construiu, nesta Casa, o que há de mais importante: sua idoneidade e seu respeito com os colegas.

Militante na área de saúde, fez da Comissão de Saúde um verdadeiro apostolado. Inúmeras leis foram apresentadas e inúmeras visitas realizadas em todo o Estado, por ele e por toda a Comissão de Saúde.

Não poderia silenciar-me no momento em que ouço V. Exa., com sua alegria, trazendo para esta Casa as boas novas do CEASA. Quero compartilhar isso com V. Exa., primeiro, porque conheço, hoje, o seu comandante, o seu Diretor maior, que é o nosso caríssimo Deputado, e em segundo lugar, pelo trabalho que o Deputado Edson Rezende tem realizado, incansavelmente, em tão pouco tempo.

Estávamos lá, eu, o Deputado Adelmo Carneiro Leão e outros Deputados desta Casa e manifestamos a ele nossa solidariedade. Vimos que seu trabalho foi muito rápido, com dedicação única e exclusiva, voltada aos interesses não do CEASA, mas do povo mineiro.

Semana passada, ouvi entrevista pela manhã, na CBN, em que o Diretor Comercial, representando todos aqueles da Cooperativa que lá comparecem, dava testemunho do exemplo do Dr. Edson Rezende.

Faço coro com V. Exa. e com os Deputados que tiveram a felicidade de conviver com o Deputado Edson Rezende. Ele está no caminho certo, pois tem o diálogo. Tem entendimento capaz de buscar, por meio do diálogo e do respeito, o caminho convergente. Que venham as divergências, que é normal, mas o Deputado Edson Rezende, Diretor do CEASA, tem feito com sua equipe trabalho extraordinário em defesa do povo mineiro. Parabéns pela iniciativa de trazer seu testemunho.

A Deputada Marília Campos - Obrigada. A postura do Deputado Edson Rezende marca a postura dos petistas em qualquer governo. O Governo Lula é marcado por postura democrática de negociação e busca de consensos. Por isso, ao discutir a reforma da previdência, a reforma tributária, faz-se união com Governadores, Prefeitos e Deputados, procurando consenso ao enviar seu projeto para o Congresso Nacional. Esse é o modo petista de governar que o Edson Rezende inaugura no CEASA, na cidade de Contagem, que tem muito a agradecer-lo.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte) - Não poderia deixar de cumprimentá-la por seu pronunciamento, pelo seu mandato engajado nas causas sociais, sobretudo na cidade de Contagem, onde reside. Sabemos o empenho de V. Exa. para que haja, nos municípios e nas bases, os mesmos princípios democráticos de participação popular, como no Governo Lula.

Cumprimento também o companheiro Edson Rezende, que foi um testemunho de compromisso com o povo de Minas Gerais. Desejo-lhe que continue tendo sucesso em seu trabalho, pois, além de o sucesso ser dele, é também do projeto democrático popular, do Governo Lula, e é uma vitória de todo o povo de Minas Gerais. Obrigada.

A Deputada Marília Campos* - O Deputado Edson Rezende tomou posse no dia 19 e, em tão pouco tempo, celebrou esse acordo, pondo fim ao conflito. O CEASA é a melhor casa do País, sendo que o de Minas Gerais possui a tarifa mais baixa. É importante ressaltarmos a administração do PT. O CEASA terá, sem dúvida, papel importante para o Estado e o País. Obrigada.

* - Sem revisão da oradora.

O Deputado Irani Barbosa - Os jornais da manhã de hoje complementam um alerta que fiz ao Governo do Estado, há alguns dias, sobre a questão do policiamento em Minas Gerais. A Polícia Militar, a todo momento reforma Soldados, que vão para a reserva. O efetivo da PMMG não tem sido complementado.

O Deputado Dinis Pinheiro, que me antecedeu, falou com propriedade sobre a questão da segurança de Ibirité. Por coincidência, o local da conferência de segurança da audiência pública foi assaltado antes de a conferência se realizar.

Ora, a verdade não está sendo dita: vários jornais, emissoras de rádio e televisão estão sendo pautados pelo Governo, porque não podem falar a verdade para a população. A situação da segurança é crítica. Existe falta de comando da PM sobre a tropa. Podemos constatar isso na mobilização por melhores salários e condições de trabalho. Em Minas, mais de 40 comarcas não têm Delegados. Há muitos anos não se faz concurso para a Polícia Civil. Os servidores que estão se aposentando não são repostos.

O Governo pode melhorar o policiamento, principalmente da nossa Região Metropolitana, em que a criminalidade aumenta assustadoramente. Como estão sendo tomadas medidas paliativas no Rio e São Paulo, os criminosos estão vindo para Minas. No entanto, nada tem sido feito pelo Secretário da Segurança Pública nem do Comando da PM para evitar tanta criminalidade.

Ontem, criminosos fugiram da Delegacia de Mulheres. Roubaram viatura da Polícia Civil, fizeram "blitz" em Juatuba, prenderam um médico e

sua esposa no camburão e fugiram com o carro do casal. Ora, os bandidos fugiram da Delegacia e chegaram a Juatuba. Daria tempo para que se comunicasse com um esquadrão. As Polícias Civil e Militar têm helicópteros, que, via de regra, levam Secretários para passear. Servem somente para levar autoridades para passear, não para ajudar no combate à criminalidade. No momento em que há necessidade não existem helicópteros de plantão, porque estão carregando puxa-sacos e bajuladores do Governador por todo o Estado.

Nós, pobres mortais, que andamos de carro, vemos o que está acontecendo. Anteontem, fui a Ponte Nova. Durante o trajeto não havia nem sequer uma viatura da PM, somente buracos. O anel que faz o contorno de Ouro Preto ficará intransitável. Vejam: é proibido o trânsito de caminhões dentro da cidade, mas por fora eles não conseguem trafegar, porque o anel está intransponível. E nada é feito.

Deixo esse alerta ao Líder do Governo, homem de prestígio, que conseguiu preencher vários cargos no Governo. Um de seus indicados é Milton Carneiro. Quem sabe, conseguirá ajudar os Deputados, a fim de que possamos fazer alguma coisa. Será que o Governador não está ouvindo o outro lado do que acontece nesta Casa? Será que está ouvindo somente o seu Líder dizer que está tudo sob controle? Estamos parecidos com o Comando da PM. Está tão sob controle que não tem ninguém nesta Casa. Os Deputados estão desanimados. O que está acontecendo? Não existe mais diálogo?

Diretor do DER concede aumento das tarifas de ônibus? Vários atropelaram Prefeitos da Região Metropolitana e deram o aumento.

Vejo os professores com faixas neste Plenário. O Governo está indo bem, podem ter certeza. O que vai mal é o povo mineiro e o funcionalismo público estadual. Sabem por quê? Fazer concorrência para quase 8.400 ônibus, totalizando R\$1.000.000.000,00, o Governo não faz. Mas vai tirar dinheiro de vocês, para tampar rombo nos caixas.

O partido que os defendia, o PT - acredito que muitos tenham votado nele -, também está fora desta Casa e não quer saber o que acontecerá com o funcionalismo. Foram muito bons no momento do voto, mas, na hora de dar resposta às suas bases, mudaram o discurso e deixaram vocês na mão.

Estaremos vigilantes e cobraremos do Líder de Governo que seja o porta-voz do Executivo, mas também dos Deputados. Em vez de bajular o Governador para indicar mais cargos, como tem diretoria na COPASA, no IMA e em outros órgãos, deveria trabalhar pela resolução dos problemas. A segurança em Minas vai mal, a criminalidade está alta, o povo reclama, e não é só por salários, mas porque não há condições de trabalho. Gostaria que o funcionário público deste Estado, na hora da sua avaliação, tivesse, pelo menos, instrumentos básicos para exercer suas funções. E não tem! Como avaliar uma professora, se não existem cadernos, cadeiras e nem sequer escolas? Depois da nucleação, nossos alunos são transportados em "sucatóes" diariamente, arriscando suas vidas. E ninguém enxerga isso. Os jornais podem estar pautados, mas faço alerta ao Governador: o seu Líder pode ser um ótimo bajulador, mas não conseguirá tampar a boca do funcionário público, da forma como vem tentando. Haja vista o acontecido ontem com os servidores da COPASA. Certamente, o mesmo ocorrerá com todo o funcionalismo estadual.

O Deputado Antônio Júlio (em aparte)* - Congratulo-me com V. Exa., quanto à segurança pública. Realmente, o Governo fez a propaganda de que Minas resolveu esse problema. Ficamos preocupados, quando V. Exa. diz que sai de Belo Horizonte e vai a Uberlândia ou Iturama, cidades longínquas, e não encontra policiais. Isso não é culpa da corporação. O Governo que propaga a redução do déficit público cortou 30% do custeio da Polícia Militar, que não tem dinheiro sequer para abastecer seus carros. Esse é o grave problema. Há cinco anos, o orçamento da PM era o mesmo e, agora, ainda foi reduzido. Então, o que está havendo? Parte da frota de veículos roda até o dia 10; do dia 10 ao dia 20, há racionamento; e, daí em diante, até a data em que for liberada a próxima cota de gasolina, só Deus sabe o que fazer para colocar as viaturas nas ruas.

Afirmam que há grande interligação e projeto de interação entre as Polícias Civil e Militar, mas, na prática, não vemos isso. Percebemos que a PM está totalmente afastada da Polícia Civil. Criou-se uma Secretaria de Segurança Social. Na verdade, o distanciamento, hoje, é maior. Não está na hora de cobrirmos o sol com a peneira, precisamos enfrentar essa situação e dizer ao Governador e àqueles que cuidam do nosso Estado que as coisas vão de mal a pior. Há muita propaganda e pouco resultado.

V. Exa. está de parabéns ao se preocupar com a segurança pública. O problema é sério. Vivemos e sentimos um faz-de-conta, e já não agüentamos.

A violência aumenta diariamente depois do corte do custeio na área de segurança pública. Na RMBH a criminalidade aumentou mais de 50%. O povo continuará aceitando esse "marketing"? Os Governos Federal e Estadual estão sendo considerados marqueteiros que vendem uma imagem mentirosa. V. Exa. está de parabéns em manter o alerta ao Governo. Vários Deputados pensam que estamos fazendo oposição, mas estamos apenas alertando o Governador, pois, com o puxa-saquismo reinante no País e em Minas, não há como fazer um bom governo. Estamos fazendo o que Brizola fez com Lula: alertando. Quem quiser continuar errando, que pague pelos erros, mas continuaremos a defender nosso povo.

O Deputado Irani Barbosa - Jamais aceitaria ser chamado de oposição, uma vez que eu e V. Exa. fomos interlocutores entre o Governo passado e esta Casa para que se acelerasse a autorização da lei delegada e o Governo entrasse em operacionalização, ao invés da estagnação em que se encontra Minas Gerais. Fomos porta-vozes, e não aceito rótulo de oposição, porque faço um alerta que os bajuladores não são capazes de fazer, trocam puxa-saquismo por cargos e querem massacrar a população. Essa reforma administrativa precisa ser feita, mas não com o sacrifício do funcionário público, somente. Primeiro temos que sacrificar os que corrompem o Estado, como o sistema de transportes. Desafio alguém a me trazer uma multa aplicada pela PMMG a um veículo de transporte de passageiros sindicalizado nas empresas de ônibus do Estado. O comando da polícia é corrompido pelo sistema de transportes; da mesma forma, a diretoria do DER, e ninguém fala nada, quer tirar dos funcionários públicos o que nunca foi capaz de dar, dignidade. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia - Inscrevi-me para debater problemas relativos à segurança pública, como a corrupção no interior dos órgãos públicos.

Antes, porém, saúdo, em nome do nosso bloco, os trabalhadores da educação, que, mais uma vez, se encontram presentes e lutam, de forma organizada, para a obtenção do plano de carreira - objetivo central da categoria, que, infelizmente, ainda não se tornou realidade.

Parabenizo-os por persistirem nessa luta. Estamos juntos na tentativa de que o Governo retire o conteúdo de projetos que, em nosso entender, são prejudiciais aos servidores públicos: a avaliação para detectar insuficiência de desempenho para efeito de demissão e a quebra do regime jurídico único, por meio de contratação pela CLT de funcionários, que devem permanecer com cargo efetivo após realização de concurso público. Esses dois projetos, em fase de discussão com o Governo, não podem ser aprovados. A pressão dos funcionários públicos contribui para que o Governo acene com a possibilidade de modificações.

É preciso reforçar o apoio à luta pelo plano de carreira, com tabela de piso salarial, para que os servidores possam vislumbrar o futuro.

Teremos amanhã mais negociações com as lideranças do Governo. Esperamos avançar nessas questões. Reitero o nosso compromisso de vigiar os projetos enviados pelo Governo, que terão oposição nos pontos que consideramos necessária a retirada.

Na última reunião do Colégio de Líderes, a base do Governo se comprometeu, com o aval do Governador Aécio Neves, a modificar os dois projetos: o que prevê a demissão por insuficiência de desempenho, por algo que fosse um processo administrativo, retirando o caráter de demissão em massa; e, o outro, que diz respeito à contratação de profissionais do serviço público pela CLT, abandonando o caráter efetivo. O Governo indicou que modificará radicalmente o conteúdo, aceitando as ponderações feitas pelo PT e pelo PCdoB. Isso ainda não é definitivo, porque não houve votação. Precisamos avançar também nos projetos essenciais referentes ao adicional de desempenho e ao plano de carreira. A reivindicação central é que haja piso salarial, com carreira e progressão. Reitero, novamente, o compromisso do PT e do PCdoB em relação a esses pontos. Estivemos na assembléia dos professores e explicamos nosso posicionamento.

Abordarei outro importante assunto. A reunião da Comissão de Segurança Pública hoje examinou o problema da corrupção nos órgãos públicos. Tivemos, ontem, a prisão de três policiais civis. Há mais três, com prisão preventiva decretada por corrupção, tráfico de drogas, no centro de BH. Esses policiais, juntamente com mais quatro policiais militares, também denunciados, comandam ou comandavam o tráfico no centro da Capital. É algo assustador. Devemos tomar atitude com relação ao problema, que envolve agremiações da segurança pública, em especial a Polícia Civil, ou não haverá solução para a segurança pública no Estado e no País. É impressionante o número, cada vez mais assustador, de policiais civis ligados ao tráfico de drogas e ao crime organizado.

Se não houvesse grande inserção da corrupção principalmente no interior da Polícia Civil, não teríamos crime organizado. Ao realizarmos reuniões com Corregedores de Polícia e Agentes Penitenciários, constatamos que os dados são assustadores. Não se pode pensar em segurança pública sem vontade política de modificar radicalmente os quadros da polícia.

O Dr. Róbson, representante da Secretaria da Defesa Social, levará proposta ao Secretário Lúcio Urbano para instituição de grupo de trabalho da Comissão de Segurança, com o Poder Judiciário, o Ministério Público e corregedorias, já que a legislação tem de ser mudada. Temos de tomar medidas para que a Polícia Civil retome a confiabilidade e limpe a banda podre. Só assim teremos segurança qualificada. Há concordância dos bons policiais. Um Corregedor disse-me que a Corregedoria enxuga gelo. A instituição está apodrecendo. Para que mudemos a legislação, é necessário vontade política da Secretaria. Como exemplo, podíamos criar no Tribunal de Justiça vara especializada em julgamentos de crimes de corrupção, corregedoria vigilante externa, não dependente dos quadros da Polícia Civil e acompanhada pelo Ministério Público. Se não houver mudança radical, enxugaremos gelo.

No dia em que a senhora foi presa, fez grave denúncia. Contou-nos que em torno de 40 pessoas fazem o tráfico de drogas no centro de BH. Vendem as drogas - trazidas por motoqueiros a mando de policiais civis - por meio de avião, das 16 às 4 horas. Cada policial civil tem a cor do papelote de cocaína. A cada 15 papelotes, R\$10,00, ganha R\$3,00, e o restante é dividido entre os traficantes motoqueiros, e os policiais civis ficam com o pedágio. Os militares, fingindo não ver, semanalmente embolsam R\$20,00 ou R\$30,00. Denunciou os nomes dos policiais e pontos de atuação. Se estivessem reprimindo o tráfico, não haveria crime organizado.

A Deputada Marília Campos (concluindo aparte)* - Ouvi o depoimento dessa detenta, que contou a maneira como ingressou no tráfico. Na época, o seu sobrinho foi preso. Um policial propôs ajudá-lo a sair da prisão, e ela aceitou. Porém, depois houve a cobrança do envolvimento dela no tráfico de drogas.

Então, vejo que há não só a convivência dos policiais com o tráfico, mas também o seu aliciamento. Essa senhora foi vítima desse policial, que se propôs a ajudá-la, e terminou envolvendo-se no tráfico. Isso é lastimável. Aliás, tive a oportunidade de acompanhar o depoimento dessa vítima.

O Deputado Rogério Correia - Exato. Como ela, há mais de 40 só no turno em que trabalha como "avião" no centro da cidade, ou seja, nas Av. Paraná e Olegário Maciel, na Praça da Rodoviária e nas Ruas Guaicuru e Av. Santos Dumont. Há o comando do tráfico nesses lugares. Ela conta detalhes sobre o funcionamento do tráfico, a origem da droga, que vem da Pedreira Prado Lopes, parte da Ventosa e outros locais. Então, possui o quadro desse tráfico, com o envolvimento de policiais militares e civis.

Sempre ressalto que se não realizarmos imediatamente trabalho de punição desses policiais, a polícia apodrecerá. Os frutos podres vão permanecendo, tornando-se uma cultura. Receber propina passa a ser algo quase normal. Não podemos concordar com isso. Aliás, outro dia li entrevista do Prefeito de Nova Iorque dizendo que há duas atitudes básicas, fundamentais, para solucionar esse problema: valorizar o bom profissional e retirar da polícia o fruto podre, ou seja, o que ajuda o banditismo.

Acredito que essas duas atitudes devem vir juntas, para que os bons policiais sejam valorizados e permaneçam. Muitos saem porque não agüentam a pressão que vem da "banda podre", em especial na Polícia Civil mineira. Não há mais como permanecer em silêncio em relação a isso. A Comissão de Segurança Pública realizou uma primeira reunião para tratar desse assunto. Porém, teremos de realizar outra. Espero que a Secretaria de Defesa Social inicie esse processo de apresentação de propostas concretas e de modificação da legislação para a punição imediata de policiais que sujam a imagem da Polícia Civil.

Então, não posso deixar de relatar isso. Infelizmente, há o retorno desse assunto, sem nada avançar positivamente. Porém, não podemos fingir que esse problema não existe. Talvez, seja um dos mais graves da Secretaria de Segurança Pública. Pouco adianta dizer que se equipará técnica e materialmente a polícia, se não houver confiança no trabalho dos policiais. Digo isso também em nome dos bons policiais, que se sentem prejudicados.

Reitero o apoio à luta da Comissão de Segurança Pública e também à dos funcionários públicos contra o pacote enviado pelo Governador. Muito obrigado.

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, senhoras e senhores, telespectadores da TV Assembléia, ocupo esta tribuna para falar, de maneira racional e menos emocional sobre o lamentável acidente ambiental ocorrido em Uberaba, que em muito prejudicou nossa população, industriais, processos agrícolas, sobretudo a agricultura irrigada, nossa fauna, flora e assim por diante. Lerei duas cartas da Ferrovia Centro-Atlântica, uma das companhias cujo capital da CVRD está estabelecido, para que a comunidade tenha um laudo do fato e saiba quem busca a solução dos problemas e quem apenas critica. Assinada pelo Diretor-Presidente Mauro Oliveira Dias, traz informações para toda a população do Estado. (- Lê:)

"Senhor Deputado, de acordo com a sua política de transparência e integridade, a FCA - Ferrovia Centro-Atlântica, concessionária para o transporte ferroviário de cargas na malha Centro-Leste, vem à presença de V. Exa. esclarecer o ocorrido na madrugada de 10/6/2003, no trecho Batuíra-Uberaba, Município de Uberaba, no Km 1.034 da ferrovia.

Uma composição da FCA, composta por três locomotivas e 33 vagões, trafegava por aquele trecho na data citada, quando 18 vagões descarrilaram. Os vagões continham: 245t de octanol, 381t de metanol, 94t de isobutanol, 147t de cloreto de potássio. Com o tombamento, vazou parte desses produtos, seguido de incêndio. Imediatamente a Polícia Ambiental, o Corpo de Bombeiros e equipes de atendimento emergencial da FCA foram acionadas e se dirigiram ao local.

O incêndio foi extinto às 13h30min do mesmo dia. Em face da possibilidade do vazamento ter atingido o córrego Alegria, afluente do rio Uberaba, em local distante 8km do ponto da ETA de Uberaba, houve a suspensão temporária da captação de água na região, como medida de precaução.

A empresa está tomando as medidas necessárias para a recuperação de eventuais danos ambientais, liberação do tráfego e normalização do abastecimento de água em Uberaba.

O Corpo de Bombeiros do município, em conjunto com a equipe da Ferrovia Centro-Atlântica, e com o apoio da Prefeitura Municipal de Uberaba, vem erguendo barreiras de contenção, de forma a evitar vazamento da carga residual quando da retirada dos vagões tombados.

O monitoramento da qualidade da água teve início imediatamente após a extinção do incêndio. Amostras da água do córrego Alegria e do rio Uberaba foram coletadas e enviadas para análise nos laboratórios do Centro de Tecnologia do Estado de Minas Gerais - CETEC -, em Belo Horizonte, e da empresa Tecnologia em Meio Ambiente Ltda. - TECMA -, no Rio de Janeiro, referência nacional nessa área.

O monitoramento estender-se-á pelo tempo que se fizer necessário, garantindo o acompanhamento da qualidade da água, o que irá possibilitar aos órgãos competentes regularização do rio Uberaba com total segurança.

Paralelamente estão sendo avaliadas diversas alternativas de abastecimento de água de forma a assegurar à comunidade o fornecimento de água à população. Caminhões-pipa estão sendo disponibilizados pela Ferrovia Centro-Atlântica em quantidades dimensionadas pelo CODAU, empresa de abastecimento de água do Município de Uberaba, para transferência de água captada acima do ponto onde ocorreu o vazamento até a estação de Uberaba, para tratamento, distribuição e atendimento direto à comunidade. A Ferrovia Centro-Atlântica está envidando todos os esforços para que a Companhia de Águas de Uberaba tenha condições de manter o abastecimento de água na região.

Até a liberação do tráfego, todas as cargas cuja origem e destino exigem passagem por aquele local estão utilizando rota alternativa, não acarretando nenhum prejuízo aos usuários de nossos serviços.

Os trabalhos estão sendo conduzidos com o total apoio da Companhia Vale do Rio Doce, que não só determinou, na qualidade de acionista da Ferrovia Centro-Atlântica, que a empresa adotasse todas as medidas necessárias ao controle da emergência, bem como o esforço de minimizar os eventuais danos decorrentes, já tendo disponibilizado equipes técnicas e recursos necessários para isso".

Posteriormente, no dia de ontem, recebemos mais uma comunicação da Ferrovia Centro-Atlântica. (- Lê:)

"A Ferrovia Centro-Atlântica vem, a público, manifestar sua solidariedade à população de Uberaba e lamentar os transtornos. A Ferrovia aproveita para informar todas as providências que estão sendo tomadas desde o descarrilamento ocorrido no último dia 10.

Imediatamente após o acidente, a Ferrovia Centro-Atlântica organizou uma força-tarefa, que envolve cerca de 300 pessoas trabalhando dia e noite, para restabelecer com total segurança o fornecimento de água à população.

Com a parceria da Prefeitura de Uberaba, do Corpo de Bombeiros, da Defesa Civil, das Polícias Militar e Ambiental e do CODAU, a ferrovia não tem medido esforços para minimizar o desconforto do povo de Uberaba diante do racionamento de água.

Foram mobilizados 240 caminhões-pipa de vários Estados do País e entregues ao CODAU, responsável pelo abastecimento e roteiro de distribuição da água pelos bairros. A ferrovia também fornece à SESTRAN diariamente 10.000 litros de água mineral distribuídos à população pela Defesa Civil e pela Polícia Militar.

Tudo para que o impacto do racionamento seja minimizado junto aos serviços essenciais e para que cada cidadão tenha direito a uma quantidade de água que lhe assegure o atendimento a necessidades básicas, como alimentação e higiene.

Para o transporte das amostras da água do córrego Alegria e do rio Uberaba, a FCA contratou dois aviões, que agilizaram a entrega do material coletado aos laboratórios do Rio de Janeiro, de Belo Horizonte, Uberlândia e Campinas. A empresa vem fazendo trabalho incessante para que a água, quando liberada pelas autoridades competentes, apresente as mesmas características anteriores ao descarrilamento.

Com agilidade, orientação, apoio e acompanhamento das autoridades locais, a Ferrovia desviou o curso do córrego Alegria, onde houve o derramamento do material transportado, e iniciou o trabalho de descontaminação em toda a área. A região será devolvida à população nas mesmas condições que apresentava antes do acidente: as árvores serão replantadas, e o solo, recomposto, sem qualquer prejuízo ao meio ambiente".

Quero, neste momento, ressaltar alguns papéis desse processo. O esforço da Vale, evidentemente, deve ser reconhecido, assim como o da Ferrovia Centro-Atlântica. Estamos acompanhando de perto o trabalho e, já que o acidente infelizmente aconteceu, temos de reconhecer que essas empresas têm feito todo o esforço necessário à correção do processo, o que não tira, lamentavelmente, o sofrimento da população de Uberaba e de todos aqueles que usam a água do afluente do córrego Alegria.

Queria ressaltar ainda o papel do Governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Meio Ambiente e de toda a sua equipe. No mesmo dia, o Dr. José Carlos Carvalho esteve no local e, no dia 10, pela manhã, respondeu ao Prefeito Odo Adão, conforme havíamos solicitado. Então, imediatamente, entramos no processo, junto com a Secretaria de Meio Ambiente, em busca da solução mais plausível e rápida para esse acidente. A Secretaria de Meio Ambiente, com seus órgãos e técnicos, está permanentemente no local, buscando solução aceitável para o fornecimento de água à população de Uberaba.

Queria destacar também o papel da Defesa Civil do Estado de Minas Gerais, que desde o primeiro momento está lá presente, do Corpo de Bombeiros, da Polícia Militar e, nesse episódio, da Prefeitura e de suas secretarias, no esforço comum que está sendo feito para solucionar o problema.

Além disso, quero fazer crítica ao Governo Federal, que esteve presente no local do acidente, por intermédio do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA -, fazendo autuação e cobrando duas multas: uma, de R\$5.000,00, pelos danos ambientais, e outra, de R\$10.000.000,00,

pela contaminação de curso d'água. Conversei com o Sr. Roberto Messias, responsável pelo IBAMA-MG, dizendo-lhe que essa multa poderia ser até necessária, mas em momento oportuno, e não naquele, absolutamente inoportuno. O IBAMA esteve no local apenas para aplicar multa, não fazendo nenhum esforço para buscar soluções. Aliás, a população quer saber onde serão empregados esses R\$10.000.000,00. Não quero discutir o mérito da questão, se a FCA merece ou não essa multa. Julgo que a multa é absolutamente inoportuna, pois a população de Uberaba quer água. Esse é o problema que precisa ser resolvido imediatamente. A multa, se for conveniente e justa, tem tempo de ser aplicada. Portanto, quero, de público, condenar essa atitude do IBAMA. Ninguém sabe onde serão empregados os recursos provenientes dessa multa. Se fosse, pelo menos, no resgate do meio ambiente, no melhoramento da infra-estrutura e na segurança das ferrovias - assunto que tocarei daqui a pouco -, estaria na direção correta. No entanto, por ter apenas visitado o local e, demagogicamente, aplicado multas, não participando da solução do problema, temos de condenar o Governo Federal e o próprio IBAMA.

Evidentemente, quero falar a respeito da segurança das cargas perigosas que estão sendo transportadas em nosso País.

Esse não é o primeiro nem o único incidente ocorrido. Há vários pelo País afora.

Além das ferrovias, há as rodovias, as hidrovias e os oceanos, por onde cargas perigosas são transportadas. Essa fiscalização é também de responsabilidade do Governo Federal, e devemos cobrar dele, pois não é possível a população ficar à mercê de acidentes que poderiam ser evitados, caso a fiscalização fosse mais firme. Temos que responsabilizá-lo, uma vez que é de sua competência fiscalizar.

Precisamos das rodovias, ferrovias e hidrovias para transportar nosso desenvolvimento e nossas cargas, mas, sobretudo, necessitamos de segurança, que é a palavra de ordem. Esperamos que esse lamentável acidente ocorrido em Uberaba sirva de exemplo, para que as autoridades tomem suas precauções, a fim de evitar acidentes dessa natureza, que prejudicam, em primeiro lugar, a população e, depois, o meio ambiente.

Sr. Presidente, estaremos atentos e cobraremos essa atitude dos Governos Federal e Estadual e dos municípios, pois estes têm rodovias por onde passam cargas perigosas e, seus Governos, junto com a sociedade civil, devem pressionar para que a fiscalização seja eficiente, reduzindo ao máximo, senão evitando, esse tipo de acidente.

O Deputado Doutor Viana (em aparte)* - Deputado Paulo Piau, ouço-o com relação ao acidente em Uberaba. Na Comissão de Política Agropecuária, pedimos reunião para discutir a questão preventiva com relação à saúde, não só do meio ambiente e dos animais - o que é muito importante -, mas principalmente do ser humano, já que, por mais que se divulgue o fato, muitas pessoas não terão informação e estarão ingerindo as águas contaminadas.

Como médico, sabemos do risco, uma vez que mais de 900t de produtos tóxicos foram lançadas nas águas que chega ao rio Uberaba. É importante que os meios de comunicação continuem a alertar a população quanto à proibição de beberem da água enquanto não estiverem certos de sua pureza, tendo em vista a alta toxicidade dos elementos nela despejados.

O Deputado Paulo Piau - Agradeço, Deputado Doutor Viana. Felizmente, boa parte da carga pegou fogo e, graças a Deus, não houve vítima fatal. O fogo ajudou a evitar maior mal, maior contaminação do curso d'água, o que causaria maiores prejuízos tanto para a sociedade quanto para o meio ambiente.

V. Exa. chama a atenção da população com relação à precaução de não ingerir da água, que também é bebida pelos animais ao longo do rio e serve para técnicas de irrigação. Felizmente, a conversar, às 15 horas, com a Dra. Silmara, do CETEC, que adiantou que as amostras de água tratada, colhidas pela manhã na estação de captação de água do Rio Uberaba, apresentam padrão de consumo internacional.

Essa notícia é alvissareira, mas não significa que a água está liberada. A Secretaria de Saúde do Município de Uberaba, com o apoio da Secretaria da Saúde, dará a palavra final sobre a liberação dessa água para consumo. As análises estão sendo realizadas, e o processo está sendo monitorado com muito critério e competência. Se Deus quiser, logo a Secretaria de Saúde estará dando o "ok" para que a água do rio Uberaba volte a abastecer a estação de captação, e a população tenha água para as necessidades primárias. Todos estão sofrendo com a falta d'água. Em que pese o esforço da Ferrovia Centro Atlântica, o abastecimento é absolutamente precário. Solidarizamo-nos com essa população. Se Deus quiser, em breve, o problema será solucionado, após a liberação pela Secretaria da Saúde. Que Deus nos ajude na orientação daqueles que têm a responsabilidade no transporte e na fiscalização, para que acidentes como esse não voltem a acontecer em nosso Estado e no País. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Maria Tereza Lara - Sr. Presidente, Deputado Rêmoló Aloise, Sras. Deputadas, Srs. Deputados e telespectadores da TV Assembléia, não poderia deixar de fazer uma reflexão sobre o que o Deputado disse anteriormente, criticando o PT e o nosso bloco, ao afirmar que estaríamos omissos quanto às reformas do Governo Federal e do Governo Estadual, sem discutir o que está sendo questionado pelo povo de Minas Gerais e do Brasil. De forma alguma, podemos concordar com essa crítica, porque não é verdadeira.

As reformas do Governo Federal não são as mesmas do Governo Estadual. Lá, estamos discutindo as reformas previdenciária e tributária. Aqui, estamos discutindo alguns aspectos de uma reforma administrativa. No Governo Federal, estamos promovendo uma ampla discussão com os sindicatos, com os representantes da sociedade, com lideranças e com conselhos. Recentemente, em Belo Horizonte e em Betim, esteve presente o Deputado José Pimentel, relator da Comissão Especial que discute a questão da Previdência. Disse-nos que mais de 80 horas de discursos de entidades e lideranças sobre a reforma previdenciária estão registradas e à disposição na Internet. Essa reforma tem como objetivo principal incluir mais de 40 milhões de brasileiros na atual Previdência: trabalhadores rurais, empregadas domésticas e trabalhadores informais, que não contribuem atualmente e que, por isso, no presente e no futuro, não teriam amparo em um momento de necessidade. Algumas medidas estão sendo tomadas para mudar essa situação.

Uma delas é a redução da contribuição dos trabalhadores autônomos, de 20% para 10%. Hoje, com o salário mínimo de R\$240,00, quantos e quantos trabalhadores, podendo contribuir não com 20%, mas com 10%, poderão estar incluídos?

Outra questão importante é que, para aposentadoria por idade, mulheres aos 60 anos, homens aos 65 anos, hoje eles necessitam de 13 anos e 6 meses de contribuição, no mínimo, e poderão passar a ter de contribuir apenas 5 anos, que podem ser alternados. Essa é outra proposta que está na reforma da Previdência.

Outra questão, também importantíssima, é acabar com as aposentadorias especiais. E, para não questionar apenas os outros, como é o caso das filhas de militares, que têm pensão vitalícia - o que não podemos admitir, porque é um privilégio -, falemos até de nós mesmos. Nós, Deputados, também não podemos ter aposentadorias especiais. Por isso, nós, do Bloco PT-PCdoB, protocolamos, nesta Casa, um projeto para acabar com o IPLEMG, para que nós também possamos nos aposentar, como qualquer trabalhador brasileiro, com um teto ou piso máximo de R\$2.400,00, ou seja, dez salários mínimos. Se quisermos receber mais, que paguemos por uma previdência complementar, o que é direito e

até dever de todo brasileiro, como já acontece, inclusive, no Banco do Brasil.

Em Minas Gerais, quanto aos projetos do Governador, temos divergências, sobretudo em alguns pontos importantíssimos. Todos nós do Bloco temos viajado constantemente a pedido dos servidores públicos, sobretudo da nossa categoria, a educação. Estivemos em Bicas, Divinópolis, Três Corações, Boa Esperança e já marcamos em Betim. Vários companheiros e companheiras foram em muitas outras cidades, porque os professores, os profissionais da educação, servidores públicos, servidores da saúde estão indignados com alguns desses projetos.

O primeiro deles é a avaliação de desempenho para possibilidade de demissão. Creio que, a essa altura, o próprio Governador já deve ter repensado esse projeto, devido à pressão popular e até pela sensibilidade de alguns colegas Deputados governistas, que ouviram os sindicatos, também têm observado os trabalhadores e, certamente, estarão conosco para mudar essa situação.

Não bastaria apenas o nosso Bloco de 16. Teríamos os votos suficientes, mas não queremos apenas votar contrariamente e ser os únicos responsáveis por essa situação. Queremos o bem do servidor público. Que esta Casa, como um todo - ou, pelo menos, sua maioria -, possa demonstrar essa sensibilidade que muitos têm tido, mesmo não sendo Oposição, de questionar os projetos que devem ser modificados. Realmente, tanto a Situação como a Oposição têm o papel de contribuir para que os projetos votados e aprovados sejam o melhor para o povo mineiro.

Mas, como Oposição, temos papel prioritário de alertar, de discutir, de abrir espaço, para que possamos dar garantias, sobretudo ao servidor público, já tão sofrido e massacrado. Como avaliar o servidor se ele não tem condições necessárias para trabalhar? Como ele pode ser avaliado por fazer ou não fazer cursos de qualificação, se o seu piso é de 200 e poucos reais, como P1? Ele não tem dinheiro para comprar um livro, muito menos para pagar um curso de qualificação.

E no bojo do projeto não consta que o Estado oferecerá os cursos de qualificação. Então, nas nossas caminhadas, todos nós temos visto que o professorado e os servidores estão realmente angustiados, revoltados.

É nosso papel trabalhar porque não queremos esse clima de educação para nossos jovens e crianças. Os servidores têm razão de demonstrar indignação. Não é simplesmente uma questão de ser oposição ao Governador. Devemos ter o compromisso de contribuir com o Estado, sobretudo na área de educação. Temos um pouco de experiência como professora aposentada, regente de classe por mais de 20 anos e Diretora de escola.

Estivemos com a Secretária de Educação na Comissão e solicitamos apoio junto ao Governador para a retirada do projeto da avaliação de desempenho para demissão.

O Gerente do BB relatou-nos que, no Governo FHC o BB tinha assumido avaliação de desempenho para demissão. No início do ano, os mesmos administradores do Banco suspenderam a avaliação porque descobriram várias injustiças. Ora, o Banco tem melhores condições materiais que o sistema educacional ou da saúde no Estado.

Não podemos cair nessa armadilha, permitir situação que prejudique o servidor público e o professor, educador das nossas crianças, em vez de incentivá-los, prejudicando ainda mais a qualidade da educação. Temos de crescer e melhorar a política pedagógica. Devemos investir no professorado, no servidor público, dando-lhes condições, pois possuem capacidade e criatividade.

Em visita à cidade de Campanha, fiquei maravilhada com o jardim de infância de uma escola municipal, que faz um trabalho excelente. O Prefeito não é do nosso partido, mas do PSDB. Portanto, não é questão partidária.

Temos de unir forças. Não podemos permitir que o Governador do Estado implante o projeto que FHC tentou, como Líder de Governo pode constatar. É cópia do projeto que o assessor Anastasia apresentou na época. Isso não contribuirá para que haja educação de qualidade.

Está havendo uma assembléia do Sind-UTE na Praça da Assembléia. Milhares de professores esperam uma palavra de esperança e compromisso, para que os projetos que não contribuirão para a qualidade da educação sejam retirados ou rejeitados.

Situação e Oposição nesta Casa devem somar forças para aprovar projetos e emendas que permitam avanço no Estado. Minas Gerais passa por situação difícil, mas possui riqueza natural. Poderá superar os desafios e ser um Estado de vanguarda, sobretudo na educação. Não adianta discurso.

Na LDO é preciso destinar mais recursos à educação. O PPA nacional está sendo discutido. A população deve incentivar e cobrar ações do Governo Federal. Não estamos fazendo somente oposição. Quando o Governo é do nosso partido, temos a obrigação de propor, discutir, participar e incentivar. Não há outro caminho para o progresso que uma educação pública de qualidade.

Dezenas de jovens nos procuram solicitando bolsas de estudo e desconto nas universidades particulares, como se pudéssemos resolver isso num passe de mágica. Temos de fazer um debate profundo sobre a educação mineira. Os critérios para ingresso nas universidades públicas precisam ser mudados. Devemos voltar a investir no ensino profissionalizante. Muitos jovens, após a conclusão do ensino médio, não têm como trabalhar, não têm profissão. Apesar da vontade de cursar uma universidade, não possuem um centavo para pagar nem mesmo a matrícula. Ficam angustiados, revoltados, partindo para as drogas ou para uma vida ociosa, porque os governantes dos Estados, dos municípios e do País - que estão tentando mudar esse quadro - não lhes deram, durante muitos e muitos anos, o direito à educação.

Devemos superar as divergências partidárias e unir esforços, porque o nosso Estado é rico e tem todas as condições para atender às necessidades do povo. Obrigada.